Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim Class.: 24

Data: nov/80 Pg.: 12

Em defesa da ecologia

Família Pataxó *expulsa pelo IBDF. (Foto: Fábio Villas).*

O IBDF grilou as terras dos Pataxó

No dia 30 de agosto o presidente da FUNAI e o presidente do IBDF assinaram acordo entregando apenas 8 mil dos 25.000 hectares do Parque Nacional, de Monte Pascoal, aos Pataxo, da aldeia da Barra Velha (BA).

Este acordo repentino foi apresentado à opinião pública como uma demonstração da "efetiva acão da FUNAI no equacionamento da solução das terras indígenas". No entanto a quantia de terra destinada a sobrevivência dos 1800 índios Pataxó representa menos de 1/3 do que eles tem direito, além de serem áridas e de pouca utilização agrícola.

Portanto a solução para a questão das terras dos Pataxó, não foi "equacionada", como declarou o Cel Nobre da Veiga. O acordo favoreceu nitidamente o grileiro da área – IBDF – o que explica a pressa com que foi assinado.

Os Pataxó certamente não são os mesmos índios que receberam os portugueses em 1500 no litoral sul da Bahia, mas sem sombra de dúvida vivem naquelas terras pelo menos desde meados do século XIX e portanto, são anteriores a criação do Parque Nacional de Monte Pascoal, em 1960. "Antes de existir o Parque, já existia nós. Pelo direito que tem o IBDF nós temos mais direito, nossos velhos foi nascido e criados lá". Estas palavras ditas inúmeras vezes pelo cacique Tururim não foram respeitadas.

IBDF É O GRILEIRO:

A ocupação da região sul da Bahia iniciou-se no século XVI, mas permaneceu estagnada até que o desenvolvimento pecuário de Minas Gerais estimulou o comércio na região. As rotas do comércio acompanhavam o curso dos rios da região, como o Mucuri, Jequitinhonha. e Pardo, em cujos vales habitavam os **Botocudos, Maxakali, os Monoshó, os Pataxó** e muitos outros.

Até no início do século XIX estes povos indígenas ainda conseguiram defender seus territórios das investidas da sociedade nacional. Mas, com a instalação de colonias, sobretudo para estrangeiros, ao longo dos rios e com a abertura de estradas os povos indígenas foram empurrados para as matas e as montanhas. Vários destes povos foram exterminados ainda na segunda metade do século XIX, enquanto outros foram aldeados e posteriormente "integrados", 'a sociedade nacional. Somente os Pataxó vagavam, ainda livres.

Segundo Darcy Ribeiro, em 1900 os Pataxó eram índios isolados e já em 1957, foram considerados extintos.

Mas na verdade, ainda não estavam extintos como desejavam os colonizadores. Haviam se refugiados em uma faixa de terra entre os rios Corumbau e Caraiva, protegido por uma densa floresta.

Em 1951, os **Pataxó** foram vítimas de um massagre, cujas causas ainda não foram bem esclarecidas. Os jornais da época contam que dois brasileiros sublevaram os índios contra os fazendeiros da região. Em represália, tropas da polícia dos municípios de Porto Seguro e Prato invadiram e arrasaram a aldeia. Atearam fogo nas casas, mataram e disperdaram os índios. Aqueles que conseguiram fugir da polícia foram caçados pelos fazendeiros na mata e transformados em escravos. Dois anos depois os índios começaram a timidamente a regressar e a recompor a aldeia.

Em 1960 houve nova investida sobre as terras dos Pataxó desta feita foi um órgão do governo, o IBDF.

Contam os índios mais velhos que certo dia chegou um grupo de 8 homens, com aparelhos que nunca tinha visto. O chefe do grupo era engenheiro, Dr. Barros. Vieram demarcar as terras. Muitos índios foram empregados no serviço de abrir picadas e transportar os equipamentos.

Os índios não entenderam o motivo da demarcação. Se a terra era deles como dizia o Dr. Barros, porque vieram de tão longe para medí -las? Mas logo as coisas ficaram claras. Três meses depois a demarcação estava concluída. Só que no lugar do Parque Indígena dos Pataxó foi demarcado o Parque Nacional de Monte Pascoal.

REPRESSÃO DO IBDF

A partir da criação do Parque Nacional de Monte Pascoal, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal proibiu os **Pataxó** de caçar pescar e retirar piaçava da mata. Depois de permitir as roças nas capoeiras, foram a seguir proibidas. Guardas florestais, armados vigiavam constantemente o Parque e quanto surprendiam os índios caçando ou retirando piaçava, jogavam os cavalos sobre eles. Se os **Pataxó** faziam roça, os guardas, destruiam, ou então deixavam crescer e na hora da colheita tomavam a força.

A tenaz persistência do IBDF em expulsar os **Pataxó** talvez possa ser explicada pela preocupação deturpada e obcessiva em conservar a flora e fauna de modo que a pureza dessa preservação ecológica não possa ser "contaminada" pela presença indígena. Realmente, tal atitude revela colossal ignorância, dos povos indígenas que respeitam muito mais a natureza que os chamados "civilizados". Ou então, num gesto também simbólico, o IBDF quer manter isolado o chão onde pisou o invasor português, Pedro Álvares Cabral.

Durante 20 anos, os **Pataxó** resistiram pacificamente. Refaziam as roças destruidas armavam esquemas de vigilância, para as caçadas, até que, atraveś de persistência, conseguiram ocupar gradativamene cerca de 14 mil dos 25 mil hectares que compõem o Parque Nacional.

O IBDF não podia aceitar o que considera como invasão no imaculado território do Parque Nacional. Daí ter feito articulações junto à FUNAI, no sentido de providenciar um acordo que retirasse os **Pataxó** do Parque.

Prontamente a FUNAI celebrou um acordo com o Presidente do IBDF sem realizar a menor consulta ao povo **Pataxó** ferindo as determinações do Estatuto do Indio. Porque se tivesse consultado, a FUNAI, não poderia propor a insignificante e estéril àrea de 8 mil hc. Cerca de 50 famílias forma obrigadas a abandonar suas roças, frustrando assim a luta de vários anos, para reaver todo o território **Pataxó.**

CADERNETAS DE POUPANÇA

Os Coronéis da FUNAI, seguindo tristemente famosos indicadores de identidade ética do estrategista Zanoni, consideram que os **Pataxó** não são índios. O órgão tutor pagou vultosas indenizações pelas pequenas roças de milho, feijão e mandioca. O delegado, da 11ª DR Carlos Roberto Grossi, fez o pagamento com Cadernetas de Poupança do BANEB (Banco do Estado da Bahia), Se os **Pataxó** não fossem um povo indígena talvez pudessem trocar terra por dinheiro, mas a realidade que a FUNAI, quer ignorar é que, sendo uma nação indígena os **Pataxó** não querem dinheiro, mas a Terra.

A FUNAI também assinou acordo com a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira) visando elaborar e executar programas para o plantio e comercialização do cacau nas terras indígenas. Além de negar a identidade dos **Pataxó** a FUNAI providência a transformação dos índios em trabalhadores assalariados, integrando-os na economia de exportação do Estado. Não se sabe como conseguirão fazer o cacau crescer na improdutiva reserva de 8 mil ha.

Não se justifica a preservação da Floresta de Monte Pascoal sem os **Pataxó** que possuem direitos firmados sobre a área. O IBDF conspira com a política indigenista da FUNAI, de suprimir o problema indígena com negação da identidade de um povo. Por outro lado, sabe-se que a FUNAI, reconhecendo a precariedade da reserva que deixou aos **Pataxó** pretende transferí-los para a malfadada Fazenda Guarani em Minas Gerais, quer dizer, o prêmio das lutas indígenas é a prisão.

CIMI Leste